



Em busca de uma genealogia intelectual brasileira

Resenha da obra: SCHNEIDER, Alberto Luiz. Capítulos de história intelectual. Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil. São Paulo: Alameda, 2019, 398 p.

Héctor Alfonso Martínez-Castillo

Doutorando em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais. Bolsista FAPEMIG.

• hector.castillo@aluno.ufop.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0003-9168-0127>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0015>

Recebido em: 04/07/2023

Aprovado em: 18/06/2024



Em busca de uma genealogia intelectual brasileira

Resenha da obra: SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de história intelectual. Racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019, 398 p.

O historiador paranaense Alberto Luiz Schneider (Doutor em História, atualmente vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), cujas áreas de estudo se enquadram na História Intelectual e do Brasil, constrói uma proposta de história intelectual brasileira em chave genealógica que permite nos fazer refletir sobre a importância que as questões de raça e miscigenação tiveram no meio intelectual brasileiro desde a proclamação da República até pouco depois da primeira metade do século passado, bem como a preponderância que esses temas ainda têm no momento de analisar, compreender e explicar, a partir do presente, as discussões sobre o projeto de nação, o racismo e suas estruturas de poder ainda atuantes e dominantes nesta sociedade.

O texto, resultado de mais de 20 anos de trabalho intelectual do professor Schneider, inscreve-se na linha de propostas historiográficas recentes que oferece releituras do papel do intelectual na sociedade, bem como de sua importância na construção de narrativas com forte influência na esfera política e social, abrem novos questionamentos e reflexões sobre acontecimentos, contextos e personagens que se acreditava serem super analisados ou já esgotados.

Schneider, ao longo das três unidades que compõem o livro, alimentando-se conceitual e teoricamente de autores que se preocuparam com o estudo dos intelectuais, como Norberto Bobbio, Pierre Bourdieu e Claudia Wasserman, distancia-se dos postulados que definem os intelectuais como sujeitos “isolados” em sua “torre de marfim”. Pelo contrário, vai insistir e demonstrar através do diálogo com intelectuais como Sílvio Romero, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, C. R. Boxer, Sérgio Buarque de Holanda, Franz Boas, entre outros, sua ligação com questões “amplas da vida social”, da sua importante intervenção no mundo social, cultural e político através do texto e da sua participação em redes ou “estruturas de sociabilidade”, através das quais circulam as suas ideias (revistas, centros de estudos, salas de aula universitárias, imprensa, sociedades, congressos etc.).

O autor se baseia na categoria de geração para estabelecer que as experiências históricas compartilhadas no tempo e no espaço físico favorecem o estudo de

preocupações comuns entre grupos intelectuais, sem deixar de lado o fato de que os intelectuais fazem parte de uma comunidade “plural e polissêmica”. Com esses pressupostos conceituais e metodológicos são analisados três momentos-chave para o pensamento intelectual do Brasil em torno de três grandes preocupações: raça, miscigenação e identidade nacional.

Um primeiro momento é constituído pela abordagem da obra e do pensamento intelectual de Machado de Assis (1839-1908), Sílvio Romero (1851-1914) e Euclides Da Cunha (1866-1909), três intelectuais do século XIX cujas obras permitem a construção de uma história intelectual nos primeiros anos da Primeira República, período de grandes transformações sociais e políticas na história do Brasil.

Fazendo uso de uma ágil análise discursiva e dialética, o autor condensa a influente relação entre o clima político do final do século XIX (marcado pela abolição da escravatura, o fim do período imperial e a inauguração da república) com os diversos temas que concentram as energias intelectuais de uma geração caracterizada por confrontos e divergências representada por De Assis, Romero e Da Cunha. Assim, a tradição, o progresso, o “racismo científico”, o nacionalismo, a migração europeia – principalmente alemã –, o debate sobre o abolicionismo, a miscigenação e as diferentes temporalidades regionais representadas e imaginadas entre o sul como branco-civilizado e o nordeste como mestiço-atrasado, fazem esta seção é altamente significativa para compreender o “campo de experiência” histórico dos intelectuais brasileiros e de seu tempo, bem como para identificar as divergências, posicionamentos e contribuições destes na construção de um projeto nacional em um momento de clara instabilidade política .

A segunda parte do livro situa-se temporariamente na década de 1920 e aprofunda o debate das lutas pela memória em São Paulo em torno da figura histórica dos bandeirantes e sertanistas do período colonial. A tese central do autor é que o espírito nacionalista da época, alimentado pela efervescência do primeiro centenário da Independência do Brasil, levará a uma batalha pela memória dos bandeirantes paulistas.

Assim, nas primeiras décadas do século passado em São Paulo, as elites colocaram em circulação uma série de dispositivos simbólicos que perpetuaram a memória bandeirante, como museus, monumentos, esculturas, pinturas, baladas e crônicas, que servirão para resgatar e ressignificar de forma monumental o bandeirante como homem civilizador-conquistador dos trópicos e como símbolo de São Paulo. Essa “grande massa documental” e esforço narrativo da época — diz Schneider — fazia parte de um conjunto

de esforços para divulgar o passado e o presente de São Paulo.

Esta “operação historiográfica” em prol da construção de uma mitologia bandeirante moderna em chave intelectual, fazia parte de um projeto de cunho nacional — promovido especialmente pela elite cafeeira paulista — vinculado à apropriação material e econômica do território brasileiro inexplorado (incivilizado). “O caminho do progresso, os desertos, vistos como “vazios demográficos” devem ser incorporados ao território político da nação” em um contexto social e econômico “interessado em conquistar” economicamente todo o território brasileiro.

Em relação à terceira unidade, enfoca as discrepâncias e debates que o cientista social brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) e o historiador britânico Charles Ralph Boxer (1904-2000) tiveram em torno da tese freyreana do Lusotropicalismo em meados do século passado. O Lusotropicalismo foi um postulado que destacou o papel e a contribuição histórica do colonialismo português na criação de civilizações mestiças e “racialmente democráticas” na América (Brasil) e na África.

É preciso lembrar que Freyre com sua obra-prima *Casa-grande & Senzala* de 1933, fez uma leitura antropológica da história do Brasil (em seu momento inédita e distante do “racismo científico” da época) em que reconheceu, por um lado, a valiosa presença da miscigenação e da herança africana na cultura brasileira (principalmente no Nordeste) e, por outro, o caráter integrador da nação brasileira (“democracia racial”), herdeira do Lusotropicalismo, e que a diferenciava de outras sociedades racialmente fraturadas e segregadas como os Estados Unidos ou o Sul África. Ao contrário, Boxer, militar, historiador e professor universitário, contemporâneo de Freyre, em seu livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire* de 1963, lançará um olhar crítico sobre a história colonial portuguesa (segundo ele não isenta de violência, discriminação e segregação racial), oferecendo outra releitura do Lusotropicalismo e distanciando-se de perspectivas historiográficas conservadoras como a freyreana.

Nesse ponto do texto, Schneider quer enfatizar que todo historiador pensa seu objeto histórico a partir das circunstâncias do momento e do presente, da vida, do mundo concreto, das relações pessoais e afetivas que o cercam. Assim, a trajetória acadêmica de Boxer serve para ilustrar que “a produção intelectual (e artística de uma época) é alimentada pelo clima social, político e econômico vivido fora das páginas”.

Segundo o autor, Boxer pensará o colonialismo português na década de 1960 influenciado por um contexto sociopolítico convulsionado pela luta pelos direitos civis das minorias nos Estados Unidos, pela autonomia das universidades americanas e pelos

processos de descolonização vividos no meio do século, na África e na Ásia. As reflexões de Freyre também serão filhas de seu tempo, e seu Lusotropicalismo (cada vez mais atacado por perspectivas marxistas e de classe nos anos 60) será de grande utilidade política para o governo nacionalista de Vargas no Brasil na década de 1930, a ditadura de Salazar em Portugal e na a “modernização do colonialismo” português em África no seu momento mais crítico.

O debate subjacente é a politização da questão racial no pensamento intelectual, ou seja, o uso político que os intelectuais têm em determinadas conjunturas históricas. Freyre, agarrando-se à idealização da identidade da civilização luso-brasileira, que o levou a defender sem escrúpulos o colonialismo português, interpretou de forma conservadora, ao contrário de um crítico Boxer e outros intelectuais de sua época como Frantz Fanon, Claude Lévi-Strauss, Aimée Césaire, às mudanças e as lutas sociais e políticas que em meados do século surgiram nos povos das possessões ultramarinas do antigo Império Português.

Meritariamente Schneider consegue fazer com que as duas “agendas intelectuais” não girem apenas em torno das figuras de Freyre e Boxer: correspondência cruzada, bibliografia da época, memórias de congressos acadêmicos e a análise das relações interpessoais, ajudarão o debate sobre o racismo para ficar mais ligado a outros intelectuais e personalidades da época como Vitorino M. Godinho, Sérgio Buarque, Franz Boas, Caio Prado, António de Oliveira Salazar, entre outros.

É preciso ressaltar que a experiência pessoal de leitura da obra é bastante positiva, pois oferece uma boa introdução a quem se interessa em se aproximar do campo (gênero) da história intelectual do Brasil e de sua extensa historiografia. Além disso, o texto apresenta um ótimo equilíbrio entre um estilo de escrita agradável e o alto rigor com que o autor desenvolve os capítulos. Pontos a melhorar para futuras edições são a ausência de interligação e inter-relação entre os capítulos e a redação de algumas conclusões.

Para concluir, *Capítulos de História Intelectual* é, nas palavras do autor, um “livro sobre livros” e seus autores, seus contextos, discussões e historicidades, cuja grande particularidade reside no fato de permitir explicar fenômenos e problemas de grande relevância actual no contexto latino-americano, como a ascensão de projetos políticos de extrema-direita ou fascistas, segregação e discriminação contra minorias, narrativas e discursos nacionais segregacionistas. Adicionado, o professor Schneider faz uma sugestiva contribuição ao campo da história intelectual brasileira no contexto republicano e traz a discussão (e reafirma) o importante e influente papel dos intelectuais nos campos

social, cultural e político em diferentes momentos das sociedades e sua dupla condição de sujeitos forjados e formadores da dinâmica de seu próprio tempo.